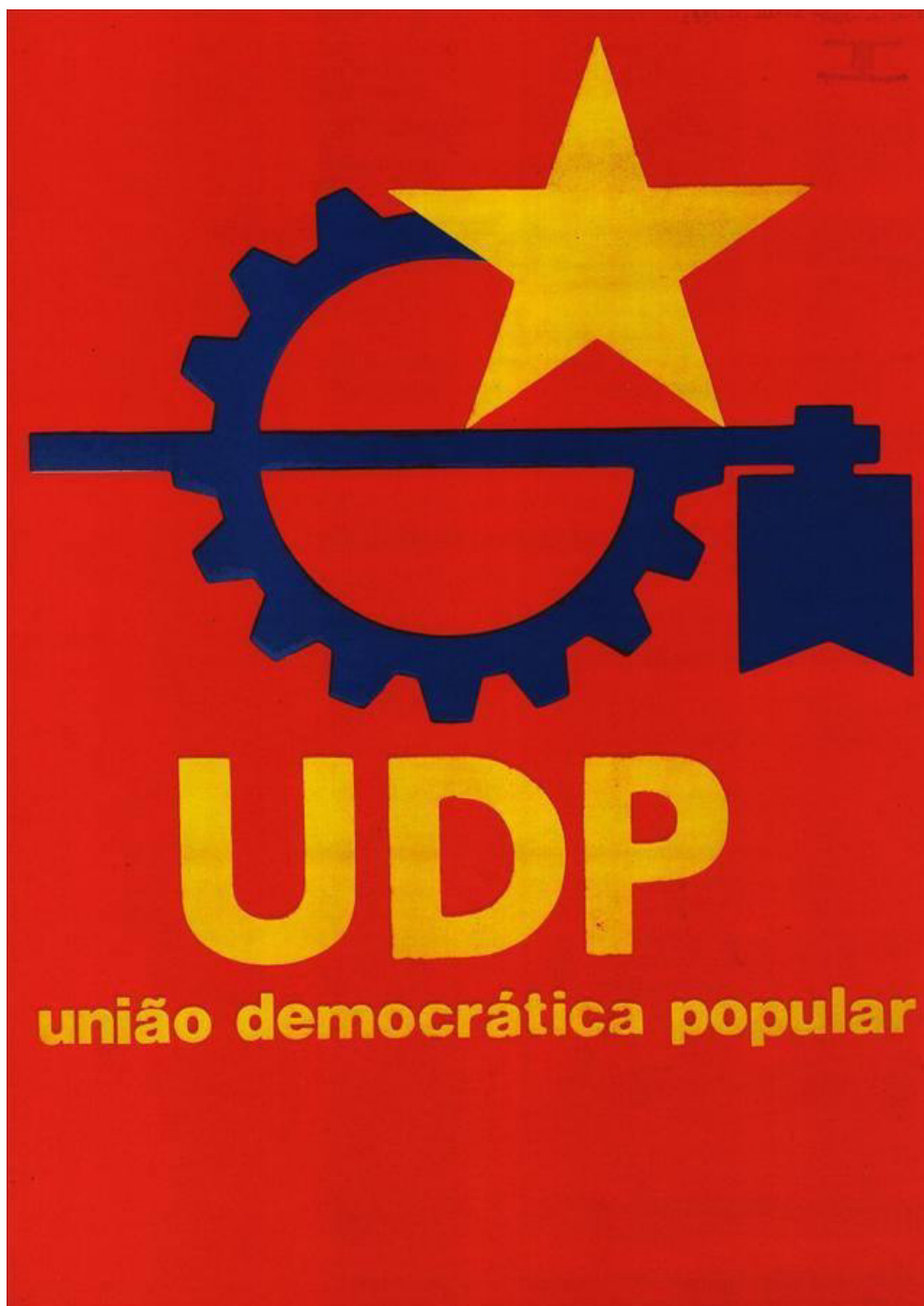


11ª Conferência Nacional da UDP – associação política



Lisboa, 25 de março de 2017

Documentação da 11ªCN da UDP-AP

Votações	1
Corpos sociais eleitos 2017/2019	2
Relatório de atividades OUT/2016 a MAR/2017	3
tese aprovada Mobilizar a experiência de uma esquerda popular	5
proposta de tese não aprovada Mobilizar os ideais socialistas	9
Anexo I – Relatório da Comissão de Direitos	14
Anexo II – Lista 1 “Mobilizar a experiência de uma esquerda popular”	15
Anexo III – Lista 2 “Mobilizar os ideais socialistas”	16
Anexo IV – Proposta sobre acordo ortográfico	17

Votações

A 11ª Conferência Nacional da UDP-AP realizou a sua sessão final no dia 25 de março de 2017 na Escola Secundária Pedro Nunes – Lisboa.

Ponto 1. Abertura

Ponto 2 . Discussão e votação do relatório da Comissão de Direitos

- Relatório **aprovado por maioria** (0 votos contra, 3 abstenções).

Ponto 3. Discussão e votação do Regimento da Sessão Final

- Regimento **aprovado por maioria** (0 votos contra, 1 abstenção).

Ponto 4. Discussão e votação do relatório de Atividades e Contas

- Relatório de atividades **aprovado por maioria** (4 votos contra, 0 abstenções).
- Relatório Contas **aprovado por maioria** (0 votos contra, 1 abstenção).

Ponto 5. Discussão e votação das Teses e Moções

Votação em alternativa

- Tese 1 – “Mobilizar a experiência de um esquerda popular” **aprovada por maioria** (49 votos).
- Tese 2 – “Mobilizar os ideais socialistas” (14 votos).
- Abstenção: 2 votos.

Ponto 6. Eleição dos corpos sociais

MESA DA CONFERÊNCIA

Lista 1 “Mobilizar a experiência de um esquerda popular”

- Sim – 62 | Não – 3 | Abstenção – 8

DIREÇÃO

Lista 1 “Mobilizar a experiência de um esquerda popular”

- 56 votos, 5 mandatos

Lista 2 “Mobilizar os ideais socialistas”

- 16 votos, 2 mandatos

1 voto branco

COMISSÃO DE DIREITOS

Lista 1 “Mobilizar a experiência de um esquerda popular”

- Sim – 58 | Não – 3 | Abstenção – 12

Nota: Encontra-se em anexo uma proposta que não foi votada – sobre o acordo ortográfico 1990. A direção eleita irá apreciar o documento.

Corpos sociais eleitos 2017/2019

Mesa da Conferência Nacional

Presidente: Luís Filipe Pereira

Vice-Presidente: Pedro Oliveira

Secretária: Fátima Barata

Secretário: Vítor Edmundo

Secretário: Vítor Ruivo

Comissão de Direitos

Presidente: José Castro

Vice-Presidente: Miguel Pinto

Secretário: Timóteo Macedo

Secretário: Vítor Pinheiro

Direção Nacional

Presidente: Mário Durval¹

Almerinda Bento¹

Ana Cansado²

Bruno Góis¹

Cipriano Pisco¹

José Casimiro²

Vítor Pires¹

¹ Lista 1 – “Mobilizar a experiência de uma esquerda popular”.

² Lista 2 – “Mobilizar os ideais socialistas”.

Relatório de atividades OUT/2016 a MAR/2017

14 de Dezembro de 2016 - Reunião da DN UDP

Assuntos tratados: "Operacionalização das decisões da Conferência.

5 de Janeiro de 2017 - Reunião da DN UDP

Assuntos tratados: Comemorações dos 100 anos de Outubro e 11ª Conferência Nacional

14 de Janeiro de 2017 – 100 anos de Outubro e 42º aniversário UDP

Palestra “100 anos de Outubro: |a chegada das ideias marxistas a Portugal” e lanche-convívio do 42º Aniversário da UDP*



Para dar início ao que foi aprovado na 10ª Conferência Nacional da UDP-AP de “... organizar, directamente ou através de grupos de trabalho, sessões públicas comemorativas dos 100 anos da Revolução de Outubro...”, decorreu a 14 de Janeiro, na Sede Nacional da UDP em Lisboa, uma sessão tipo palestra com debate, seguida de um lanche convívio.

Os palestrantes que versaram o tema “A chegada das ideias marxistas a Portugal no final do século XIX e inícios do século XX” foram João Silva e Luís Carvalho, tendo cada um abordado de forma sequencial esse período da história reflectindo sobre os reflexos da chegada das ideias de Marx ao nosso País. As excelentes intervenções

dos dois convidados foram vivas e seguidas com muito interesse pela audiência, tendo sido registadas em vídeo, o que permite um trabalho de edição e posterior publicação no site de *A Comuna*.

Estiveram presentes mais de 40 pessoas, sendo assinalável o facto de grande número serem pessoas que não pertencem à associação e também ser interessante o facto de diversos/as serem jovens, o que reflecte do interesse e actualidade que o tema e a Revolução de Outubro têm. A sessão foi aberta pelo Bruno Góis que contextualizou a iniciativa e Mário Durval na sua qualidade de presidente da UDP-AP fez uma pequena intervenção após as duas intervenções dos convidados. Seguiu-se um período de debate...

No fim, decorreu no 2º andar da sede um animado lanche-convívio.

Em conclusão, foi uma muita boa iniciativa que abriu da melhor forma as comemorações que a UDP-AP se propôs realizar.

2 de fevereiro de 2017 - Reunião da DN UDP

Assuntos tratados “Balanço da primeira iniciativa das comemorações dos 100 anos de Outubro” e “Discussão e votação dos regulamentos e regimentos relativos à 11ª Conferência Nacional da UDP”

Fevereiro e Março – Processo da 11ª Conferência Nacional da UDP

Mobilizar a experiência de uma esquerda popular

1 – Fazer presente a consciência revolucionária

Comemorar um Século de Outubro é fazer presente a consciência revolucionária. Num tempo de ressurgimento de forças reacionárias e de sucessivas capitulações e recuos, discutir Outubro é lançar luzes sobre as lutas presentes. Não se trata de um exercício de nostalgia. Recordar a Revolução Russa é trazer a público, fazer e divulgar memória da luta revolucionária. E é simultaneamente munir de consciência histórica os e as militantes do presente. Convocar para o debate da Revolução de Outubro no seu significado para o presente é um contributo que se exige à nossa associação comunista.

10ª Conferência Nacional da associação política UDP, 8 de outubro de 2016

1.1 Os primeiros meses do ano das comemorações dos 100 anos da Revolução de Outubro estão a servir em larga medida para a propaganda anti-comunista, empolando em reportagens, livros e documentários a vertente trágica da degenerescência posterior da União Soviética e procurando apagar as conquistas da primeira grande revolução socialista vitoriosa. Essa adversidade reforça o objetivo que a UDP colocou na 10ª Conferência Nacional da associação política UDP “... organizar, diretamente ou através de grupos de trabalho, sessões públicas comemorativas dos 100 anos da Revolução de Outubro...”.

1.2 Com vista a cumprir as determinações da 10ª Conferência Nacional, a direção nacional organizou a 14 de janeiro, na sede nacional da UDP em Lisboa, uma palestra com debate, seguida de um lanche convívio dos 42 anos da UDP. O tema foi a **“A chegada das ideias marxistas a Portugal no final do século XIX e inícios do século XX”**, tendo como oradores o camarada João Silva e um convidado, Luís Carvalho, investigador em história do marxismo em Portugal. Além de ter sido muito participado, neste evento revelou-se o interesse quer de membros da UDP, quer de outras pessoas nas temáticas abordadas. Devido à realização simultânea de outras iniciativas de grande importância política, mesmo as pessoas que não puderam estar manifestaram interesse em ver uma gravação da sessão. Esse material está a ser tratado para divulgação futura. A nova direção nacional terá de dar **continuidade à realização de sessões comemorativas**.

1.3 **É necessário divulgar uma análise comunista da Revolução Russa.** Na história da UDP e das organizações a ela ligadas, foram produzidos em órgãos próprios teses e artigos quer sobre a Revolução Outubro, quer sobre o colapso da União Soviética que necessitam ser recuperados para divulgação. Encontrar os meios de divulgação desses materiais, nomeadamente através de um **número comemorativo de A Comuna**, é tarefa que se acrescenta às comemorações dos 100 anos.

2 – Mobilizar a experiência de uma esquerda popular

A solução de governo português é uma exceção positiva mas não é uma estratégia (...) esta solução conjuntural tem correspondido, na atual relação de forças, aos interesses imediatos da classe trabalhadora em Portugal. No entanto, o futuro do movimento está na construção de alternativa. O PS não mudou a sua natureza e só o crescimento da esquerda produziu esta ligeiríssima inflexão no seu rumo liberal.

10ª Conferência Nacional da associação política UDP, 8 de outubro de 2016

2.1 É uma dura realidade que o Governo PS sustentado na maioria parlamentar com a esquerda, com todas as suas limitações, é uma das raras exceções num mundo de avanço do reacionarismo. Em numerosos países, os povos são esmagados entre, por um lado, as políticas de austeridade do centro e da direita e, por outro, a emergência de forças reacionárias como a ascensão de Marine Le Pen em França e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América. **Mas a lição do avanço reacionário não aponta para a via da cedência ao liberalismo.**

2.2 O reacionarismo está a emergir com apoios de massas porque apresenta demagogicamente políticas para a classe trabalhadora, nomeadamente por um falso discurso de nacionalismo económico que promete recuperar postos de trabalho e excluir trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros. No pacote do nacionalismo económico xenófobo entram até a exclusão do auxílio a pessoas refugiadas. É nesse contexto que vale a pena sublinhar que **uma das expressões mais combativas dos movimentos sociais em Portugal está a vir dos imigrantes.**

2.3 Confirma-se que os interesses imediatos de quem trabalha ou trabalhou estão a ser preenchidos ainda que com muitas adversidades. Os aumentos do salário mínimo nacional (SMN) constituem um passo positivo para a vida de mais de 650 mil trabalhadores. O objetivo de atingir os 600 euros já é antigo e CGTP, Bloco e PCP pressionaram para esse aumento

imediatamente. Entretanto o acordo de maioria parlamentar com o PS vai permitindo que, ainda que apenas faseadamente (530 euros em 2016, 557 em 2017), esse aumento se realize até ao final da legislatura em 2019³. Vale o alerta de que o Governo PS fez um desconto em 2016, supostamente a pretexto desse aumento “inesperado” do SMN, na Taxa Social Única dos patrões. O novo alerta veio a coberto da “concertação social” (de patrões e UGT), com a nova **tentativa de “borla aos patrões” através de nova baixa na TSU** para compensar o aumento do SMN de 2017. Chumbada essa manobra através dos votos de Bloco, PCP-PEV e do oportunismo do PSD, o PS teve de recuar. Mas talvez não haja duas sem três.

2.4 A taxa de desemprego recua mais um pouco (11,1%, em 2016) e até se atinge o sacrossanto objetivo monetarista de um défice abaixo dos 3% do Produto Interno Bruto. **Os sociais-democratas mais crédulos estão maravilhados com os “milagres” desta quadratura do círculo que provou que o défice pode recuar sem mais austeridade.** Contudo, nem a magia da baixa dos juros da dívida acontece por “acalmia dos mercados” – continuam a subir! Nem os tais 2,1% de défice significam nada de real para os serviços públicos. Estes continuam a carecer de importantes investimentos, enquanto 8 mil milhões de euros anuais são sacrificados no altar do serviço da dívida pública.

2.5 A batalha contra a precariedade no Estado será dura. **O Governo PS abriu a porta com o relatório sobre a precariedade no Estado, mas logo deixou muita gente de fora.** E só o combate político e social provará o sucesso desta operação. Entretanto, não se prevê, e dificilmente se acredita, que o ministro Vieira da Silva, autor do Código do Trabalho ao tempo do Governo Sócrates, vá **apagar a marca precarizante e de ataque à contratação coletiva** que o próprio imprimiu. É necessária luta social para que os partidos à esquerda do PS possam ser instrumento mais eficaz dos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores.

2.6 A generalização da precariedade laboral continua a pôr em xeque as organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores. Acresce que, com muitas diferenças entre setores e sindicatos, o próprio movimento sindical, de um modo geral, continua sem conseguir vencer as barreiras que ele próprio coloca à sua renovação – nomeadamente pela falta de democracia em muitos dos sindicatos. De um lado, o movimento é atrofiado pelo controleirismo, do outro, é traído pelo amarelismo. Um novo fôlego ao movimento político e social do trabalho é necessário.

³O salário mínimo estava há muito a sofrer desgaste, congelado entre 2011 e 2014 nos 485 euros, subindo para os 505 no último ano do governo da direita.

- São necessárias propostas políticas que afirmem alternativas de esquerda para a classe trabalhadora. As necessidades de maior transformação chocam com os limites do Governo PS. A estratégia de reforço da esquerda depende das lutas sociais. A capacidade de organização e mobilização social e política da classe trabalhadora carece de um reforço e renovação do movimento sindical e de um revigorar dos instrumentos de formação e politização.
- No que toca à associação política UDP, a divulgação da experiência de luta operária e popular é tarefa da qual não pode abdicar, constituindo esse contributo um instrumento útil à formação das novas gerações de ativistas.
- Caso de destaque na esquerda revolucionária da Europa ocidental, a UDP fez história não só por ter conseguido no último quartel do século XX obter expressão eleitoral suficiente para ter representação parlamentar e aberto caminho ao surgimento do Bloco de Esquerda, mas também por ter tido milhares de militantes e um papel forte nas organizações populares. A associação política UDP, constituída hoje maioritariamente por uma geração que viveu o período revolucionário, é portadora de um imenso espólio da sua efusiva produção de imprensa partidária e demais materiais e documentos.
- Convocar a história e a memória da UDP não é uma tarefa nostálgica. Antes tem utilidade para os combates presentes e futuros. É por isso necessário que a próxima Direção Nacional se dedique durante o mandato 2017-2019, com a colaboração dos membros da associação e em articulação com entidades académicas e outras que possam contribuir para esse efeito, não só a organizar o arquivo histórico da UDP, mas também a registar as vozes de protagonistas do ativismo político, sindical e associativo. A conservação e divulgação desse material escrito e audiovisual são um contributo não só para a memória da UDP, mas também para a história e memória das lutas populares em Portugal – que incluem causas que vão da luta por uma Democracia Popular, à defesa do direito à habitação e ao salário, à independência de Timor, à luta pela despenalização do aborto, à oposição à guerra e à defesa dos direitos dos imigrantes.

Proponentes: Mário Durval, Almerinda Bento, Bruno Góis, Cipriano Pisco, Fátima Pinheiro, Joel Oliveira, Jorge Magalhães, José Castro, Luís Filipe Pereira, Miguel Pinto, Pedro Oliveira, Rui Nóvoa, Timóteo Macedo, Vítor Edmundo, Vítor Pires.

proposta de tese não aprovada

Mobilizar os ideais socialistas

1. O capitalismo vive uma profunda crise económica e financeira que se iniciou em 2007/8 e se mantém em todo o mundo, procurando salvar o sistema financeiro, proteger os interesses das transnacionais e o 1% capitalista que domina o mundo.

A eleição de Trump, com a sua política nacionalista “EUA first!”, o seu erguer de muros e políticas xenófobas e fascistas, colocou em causa a colaboração entre as instituições e países dominantes, EUA, União Europeia, China e Rússia que procuravam encontrar saídas para tirar o capitalismo da crise.

As políticas de Donald Trump, para além de xenófobas são também antifeministas e homofóbicas tendem a aumentar a onda conservadora e populista na Europa e no mundo, dando força a movimentos que podem trazer retrocessos a conquistas alcançadas nestas áreas, nomeadamente nos direitos sexuais e reprodutivos.

Com Trump, a maior potência mundial reforça a sua política de guerra e de confronto inter-imperialista como saída da crise do capitalismo, tendo como uma das suas bases a prosperidade da indústria armamentista.

Foram aceites docilmente as exigências de Trump quanto ao aumento para 2% dos orçamentos de defesa dos membros europeus da NATO, sob a alegação de que os EUA não podem pagar tanto para defesa dos europeus. Todos sabem que são estes, os europeus, a pagar a política agressiva que as próprias administrações norte-americanas denominam sem reboço de defesa dos interesses dos EUA no mundo: é isso a NATO.

A UDP considera que Portugal deve manifestar-se contra esse aumento para o confronto e a guerra. A haver contributos nacionais que sejam para o Comissariado da ONU de luta contra a pobreza que denunciou a existência de 20 milhões de crianças em cinco países em risco de morrer de fome.

A UDP deve, ainda, no seguimento da sua nobre tradição, lançar novas bases teóricas e políticas contra o discurso que, a propósito do terrorismo, começa a querer afirmar-se ideologicamente para a restauração do Serviço Militar Obrigatório (SMO).

A União Europeia dá sinais de desagregação económica e política. Primeiro, com o Brexit, numa Europa corroída pelas políticas de austeridade, depois, no pântano da crise onde vai crescendo a extrema-direita, na U.E. e no mundo. As eleições na Holanda, França e Alemanha, vão-nos dando esses preocupantes indicadores. Estamos a assistir a grandes deslocções sociais, a uma grave crise social e humana, perante a fraqueza e a derrota dos movimentos sociais e as dificuldades de afirmação de alternativas das forças de esquerda, ousando uma política que responda aos problemas reais das trabalhadoras e dos trabalhadores e de largos setores populares.

Uma das lições a retirar é a de que quem se reivindica de esquerda não pode reduzir a sua política ao reformismo do possível, muito menos à capitulação perante as forças austeritárias da U.E., como aconteceu com Tsipras. Daí resulta uma falência das forças do “centro” político e a uma viragem à direita.

As bandeiras da globalização favorável a todo o mundo, da livre circulação de bens e capitais como solução para um mundo mais igual para todos, estão cada vez mais desacreditadas por todo o lado. As políticas de austeridade em grande parte do mundo, de continuar a diminuir salários e privatizar toda a vida, falham rotundamente e agravam a concorrência e as guerras económicas. As economias continuam estagnadas e muitos países atravessam graves dificuldades financeiras. Após uma década de crise financeira e económica, as perspetivas das grandes instituições do capitalismo mundial são negativas e os riscos de novo colapso financeiro são reais.

A par do agravamento das condições de vida de largos setores populares, acentua-se a pressão conservadora e emergem forças fascizantes, agravando o nacionalismo e a perseguição a grupos étnicos, a imigrantes e a refugiados.

A instabilidade é o traço dominante na situação mundial.

2. Em Portugal, o acordo do PS com as forças à esquerda foi determinante para a viabilização do governo do PS, na inversão do caminho da austeridade e permitiu à esquerda e às forças sociais acumular forças no combate às políticas austeritárias e no confronto com a U.E. e a emergência da extrema-direita.

É essencial cumular forças para combates futuros, mantendo a esperança da alternativa, na reversão das medidas atentatórias dos direitos sociais e laborais impostas pelo governo das direitas e pela troika.

As debilidades são muitas, pois persiste o garrote da dívida pública e do pagamento dos seus juros e de um euro que aprofunda as desigualdades entre países, numa arquitetura europeia profundamente antidemocrática, onde os diretórios das maiores potências impõem as suas regras.

A mensagem que ficou das últimas eleições legislativas foi que há alternativas, que é possível retirar a direita do poder e assinalar um ponto de viragem na austeridade, favorecendo as trabalhadoras e os trabalhadores e pensionistas. Neste sentido, o aumento do SMN faseado até aos 600€ em 2019 tem-se revelado ajustado, bem como o aumento extraordinário das pensões mais baixas (Agosto/2017) repondo a dignidade e respeito devidos a quem trabalhou uma vida inteira.

No campo laboral impõe-se uma reversão das medidas que foram implementadas desde 2003 com o código de trabalho, onde o combate com o Partido Socialista terá uma maior intensidade. Urge combater a precariedade no Estado e no privado, a segmentação laboral e o abuso das empresas de trabalho temporário. Estes combates são exigências imediatas à governação do PS. À que repor o princípio do tratamento mais favorável, incrementar a negociação e contratação coletiva, opondo-nos à sua caducidade e aos despedimentos flexi, assim como a repor as indemnizações e as 35 horas de trabalho para o público e para o privado.

As alterações que foram impostas vinham acompanhadas da promessa de crescimento económico e aumento do emprego. Por isso, reverter estas imposições é, também, responder à necessidade de aumentos salariais no setor privado e público e ao descongelamento das carreiras na administração pública.

É fundamental que o direito à Cidade e à habitação se cumpra! O direito à habitação sofreu rude golpe com a “Lei dos despejos”, por isso é necessário continuar a lutar por aumentar o período de transição até 2027 e limitar o aumento máximo das rendas a 1/25 do valor do locado. É fundamental continuar a pugnar pelo aumento da oferta pública de habitação para sectores

sociais que cada vez mais não conseguem aceder ao mercado comercial e cada vez mais são expulsos para as periferias ou para habitações sem condições.

Nesta “gerigonça” é essencial manter uma perspetiva de classe, em defesa dos interesses do proletariado, da maioria de quem trabalha, mantendo a perspetiva da construção de uma ampla aliança social por uma alternativa de poder, e uma agenda de transformação social.

Além da luta pela dignidade e estabilidade do trabalho, uma aliança social transformadora deverá assentar na defesa do ambiente, dos serviços públicos, da regionalização, dos direitos dos imigrantes e contra o racismo, dos pequenos proprietários rurais, etc.

3. A UDP deve preservar o seu posicionamento de classe, em defesa dos interesses do proletariado e apoiar a uma política que materialize a defesa desses interesses, em todos os campos da vida social e política. O Bloco de Esquerda é o espaço da nossa intervenção, embora com posicionamentos diversos.

A UDP concentrando-se na defesa do seu rico património imaterial, deve assumir mais iniciativa nessa defesa:

- No aprofundamento de uma associação marxista, historicamente nascida nas jornadas populares de 1974/75, que *“luta pelo socialismo e do poder popular enfrentará a resistência do imperialismo global e das camadas burguesas dependentes da oligarquia financeira transnacional. É um processo que assenta no movimento popular e no seu desenvolvimento até formas superiores de luta. A revolução social e política será obra da força do povo. O seu desenvolvimento e a eclosão de vagas de luta popular estão hoje muito interdependentes da luta dos outros povos europeus e das crises políticas no seio da União Europeia, super-estado imperialista que integrou Portugal. As aspirações dos povos ao pão, paz, liberdade, independência e solidariedade dos explorados e oprimidos serão plena realidade no socialismo, transição para uma sociedade sem classes.”*⁴

- Assumindo todo o seu património de luta que deve preservar e organizar, pois *“é herdeira e continuadora das tradições operárias e populares, no mundo e no país, na luta anticapitalista e no*

⁴ Da “**Declaração de Princípios - Razões de luta**”

que houve de mais positivo na construção da nova sociedade socialista e configura-se como uma associação política revolucionária aberta ao progresso e ao nosso tempo.”⁵

O seu contributo no campo das ideias para luta revolucionária ficou muito aquém da sua inigualável capacidade de entrega e discernimento prático na luta política a que se deve em grande parte à exemplar resposta ao ataque neoliberal e à brutal ofensiva da troika. Daí a UDP decidir promover a divulgação alargada das principais ideias que, hoje, na sua diversidade, se reclamam de Marx e estimular o seu estudo crítico. Dessa forma se reforça a sua capacidade de proposta política nomeada e prioritariamente dentro do nosso Partido, o Bloco de Esquerda.

Para responder às exigências e ao apelo que a história coloca à afirmação e mobilização dos ideais socialistas a UDP, para além das lições já retiradas sobre as experiências socialistas, da revolução de outubro e do colapso da União Soviética, considera ainda a necessidade de aprofundar a análise – causas, desenvolvimento e liquidação - das duas revoluções com repercussão mundial no pós II Guerra Mundial: Maio de 68 e PREC português. É de crucial importância perceber por que razão a revolução portuguesa, numa situação de desagregação das Forças Armadas e com a adesão popular ao apelo socialista na ordem do dia, não soube/pôde encontrar uma estratégia, nem a tática correspondente, que lhe permitisse escorar as conquistas democráticas num contexto que, apesar de desfavorável, podia ser explorado numa Europa ainda virtualmente social-democrata e pré-neoliberal.

A UDP assumindo a divisa do Manifesto Comunista "Proletários de todos os países: uni-vos!", no momento em que se comemora 100 anos da Revolução de Outubro e em que em termos mundiais as ideias marxistas e de progresso não estão na primeira linha, promove o aprofundamento no campo das ideias a atualidade do marxismo, à luz da evolução da situação política mundial. **Os povos pugnam por ideais alternativos e socialistas.**

Proponentes: - José Casimiro; Carlos Santos; Ana Cansado; Mário Tomé; Ana Paula Canotilho; Roberto Almada; Pedro Soares; Manuela Tavares; Rita Silva; Carlos Matias; ; Paulo Ricardo; Francisco Tomás; Alberto Sousa; Esmeralda Mateus; Luís Gomes; José Lopes; João Vaz; Soares Luz; Ana Sartóris; Renato Soeiro; Paulo Ricardo; Vitor Ferreira; Pedro Saraiva; António Godinho.

⁵ idem

Relatório da Comissão de Direitos à 11ª Conferência Nacional da UDP-AP

No processo da 11ª Conferência Nacional da UDP-AP convocada pela Mesa no seguimento da decisão da Direcção Nacional, a Comissão de Direitos tomou conhecimento da realização nos termos do artigo 4º do Regulamento dos seguintes plenários de debate descentralizados:

Lisboa – realizado em 21/3/2017, com a presença de 11 camaradas, com uma média de idades de 60 (ALHADA)

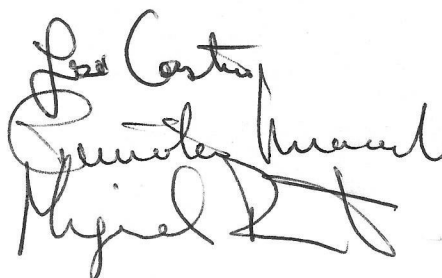
Porto – realizado em 22/3/2017 com a presença de 18 camaradas, com uma média de idades de 50 (GONDOMAR)

À Comissão de Direitos não foi comunicada qualquer facto ou ocorrência que pusesse em causa os direitos consagrados nos Estatutos ou no Regulamento da 11ª Conferência Nacional da UDP-AP.

Assim, é nosso entendimento que o processo preparatório da 11ª Conferência Nacional cumpriu o Regulamento e demais normativos, submetendo-se o presente Relatório à discussão e votação da Conferência.

Lisboa, 25 de Março de 2017

A Comissão de Direitos da UDP-AP



APROV

3 ABST
0 CONTRA

Lista 1

"Mobilizar a experiência de uma esquerda popular"

Mesa da Conferência Nacional

Presidente: Luís Filipe Pereira
Vice-Presidente: Pedro Oliveira
Secretária/o: Fátima Barata
Secretária/o: Vitor Edmundo
Secretária/o: Vitor Ruivo

Comissão de Direitos

Presidente: José Castro
Vice-Presidente: Miguel Pinto
Secretário: Timóteo Macedo
Secretário: Vitor Pinheiro

Direção Nacional

Presidente: Mário Durval
Almerinda Bento
Bruno Góis
Cipriano Pinco
Vitor Pires
Fátima Pinheiro
Carlos Salgado

Assinaturas de Proponentes:

Almerinda Lopes Santos
Cipriano Pinco
Vitor Pires
Miguel Pinto
Bruno de Gó

Proposta de Lista à Direção Nacional

“Mobilizar os ideais socialistas”

1. Ana Cansado;
2. José Casimiro;
3. Rita Silva;
4. Romão Ramos;
5. Ana Paula Canotilho;
6. Luís Gomes;
7. Carlos Santos;
8. Carlos Matias;
9. Mário Tomé;
10. Manuela Tavares;
11. Esmeralda Mateus;
12. Pedro Soares;
13. Soares Luz;
14. Renato Soeiro;
15. Vitor Ferreira;
16. Pedro Saraiva;

Proponentes:

- | | |
|---|---|
| - Ana Cansado; <i>Ana Cansado</i> | - Carlos Matias; <i>Carlos Matias</i> |
| - José Casimiro; <i>José Casimiro</i> | Esmeralda Mateus |
| - Carlos Santos; <i>Carlos Santos</i> | - Soares Luz; <i>Soares Luz</i> |
| - Ana Paula Canotilho; <i>Ana Paula Canotilho</i> | - Renato Soeiro; <i>Renato Soeiro</i> |
| - Pedro Soares; <i>Pedro Soares</i> | - Vitor Ferreira; <i>Vitor Ferreira</i> |
| - Manuela Tavares; <i>Manuela Tavares</i> | - Pedro Saraiva; <i>Pedro Saraiva</i> |
| <i>Mário Tomé</i> | |

Proposta

Lamento a posição do Bloco de Esquerda de aceitar o Acordo Ortográfico e utilizá-lo, sem estudos sérios sobre o assunto.

Sugiro que se levante a discussão sobre este Tema a fim de se alterar esta posição, em defesa da nossa língua, respeitando as suas variantes nos PALOPs e CPLP.

Que não seja uma questão defendida apenas pela Direita e alguns ~~da~~ de Esquerda.

Lisboa, 25 Maio 2017.

Maria Eduarda Monteiro